

# Narrativas do trabalho fabril: camponeses na industrialização do babaçu no Piauí no século XX

Narratives of factory labor: peasants in the industrialization  
of babassu in Piauí during the 20th century

Antonio Alexandre Isidio Cardoso\*

Marcos Oliveira dos Santos\*\*

**Resumo:** O artigo tem o objetivo de analisar as narrativas de camponeses no processo de industrialização do babaçu no Piauí no século XX. A pesquisa se fundamenta nas memórias construídas em torno das experiências fabris de trabalhadores na Gecosa (Indústrias Reunidas Gervásio Costa S/A), localizada no povoado Novo Nilo, município de União (PI), às margens do rio Parnaíba. A investigação destaca as dinâmicas cotidianas do trabalho na fábrica e em suas terras, bem como as formas de resistência engendradas pelos empregados diante das imposições patronais. A vida na fábrica era marcada pela rotina exaustiva de trabalho dos camponeses que dominavam com destreza a linha de produção, sem perder de vista seus vínculos tradicionais com a terra e com o rio. Para a construção do artigo, foi utilizada a metodologia da história oral, em diálogo frequente com aspectos teóricos da História Social do Trabalho, focando na interdisciplinaridade, dialogando sobretudo com a sociologia e a antropologia. Desse modo, entrevistamos quatro homens e uma mulher que vivenciaram momentos distintos no contexto histórico em tela ao longo do século XX. Além das entrevistas, utilizamos também

\* Antonio Alexandre Isidio Cardoso é professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciências de Codó (CCCCO). Atua como docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí (PPGSC/Uespi) e no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS/UFMA). Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa em História Social dos Sertões – (GEPHSertões/UFMA). É pesquisador da História Social do Trabalho e nos últimos anos tem se dedicado a investigações sobre escravidão, liberdade, questões étnico-raciais, mundo rural e fronteiras no Brasil dos séculos XIX e XX. E-mail: alexandricardoso@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5491-0507>.

\*\* Marcos Oliveira dos Santos é mestre em Sociedade e Cultura pela Universidade Estadual do Piauí (PPGSC/Uespi). Graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí. É pesquisador do Núcleo de Documentação e Estudos em História, Sociedade e Trabalho (NEHST/Uespi), tem experiência na área de História, com ênfase em História Social do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: história rural, história oral, conflitos de terra e migrações. E-mail: marcosodsantos@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-1593-2476>.

documentos oficiais da Gecosa, dentre outros fragmentos do passado, com objetivo de analisar as experiências camponesas no mundo rural do Piauí no século XX, mais especificamente no povoado Novo Nilo (PI).

**Palavras-chave:** mundo rural; camponeses; Piauí.

**Abstract:** This article examines peasant narratives within the context of the industrialization of babassu palm in Piauí during the 20th century. These narratives, centered on lived experiences of factory labor, are constructed from recollections of work at the Gecosa factory (Indústrias Reunidas Gervásio Costa S/A), located in the village of Novo Nilo, in the municipality of União (PI), on the banks of the Parnaíba River. As part of an employer-imposed strategy, a village regulation prohibited the construction of brick houses on factory-owned land. This restriction shaped the village as a site of persistent, everyday resistance among peasant tenants. Such resistance manifested, for instance, in the clandestine sale of babassu coconut kernels beyond factory oversight and in the simultaneous engagement of workers in both agricultural and industrial labor. Factory work was defined by an arduous and exhausting routine, yet the peasants skillfully adapted to the production line while maintaining deep-rooted connections to the land and river. This study employs the Oral History methodology, engaging in continuous dialogue with theoretical perspectives from the Social History of Labor. Grounded in an interdisciplinary approach, it draws particularly from Sociology and Anthropology. To this end, interviews were conducted with four men and one woman, each of whom experienced different phases of the historical period under analysis. In addition to oral testimonies, the study incorporates official Gecosa documents alongside other historical sources to examine peasant experiences within the rural world of Piauí in the 20th century, with particular focus on the village of Novo Nilo.

**Keywords:** Rural society; Peasants; Piauí.

## Introdução

O PRESENTE ARTIGO tem o objetivo de analisar narrativas de camponeses que trabalharam na fábrica Gecosa (Indústrias Integradas Gervásio Costa S/A), localizada às margens do rio Parnaíba, no povoado Novo Nilo, município de União (PI), no intuito de compreender suas lutas por emprego e moradia.<sup>1</sup> A Gecosa iniciou suas operações em 1934 e fechou as portas em 2016, com grande impacto na comunidade local, cujas memórias guardam diversas narrativas da lida cotidiana de camponeses na fábrica. Analisamos por meio da metodologia da história oral as experiências dos trabalhadores nas injunções do cotidiano fabril e do mundo camponês,

<sup>1</sup> O povoado Novo Nilo atualmente faz parte do território do município de União (PI), uma pequena cidade do interior do Piauí com 46.119 pessoas. Cf. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/uniao/panorama>: Acesso em: 10 mar. 2025.

observando questões relacionadas à posse da terra e disputas em torno do extrativismo do coco babaçu, conectadas ao trabalho na Gecosa. Ao acessar memórias de trabalhadores rurais engajados na fábrica através de entrevistas, asseveramos, em concordância com Oliveira e Estevez, que “longe da homogeneidade e das visões dicotômicas e contrastivas entre o urbano e o rural, as pesquisas em história oral evidenciam as várias clivagens nas culturas camponesas que são experimentadas de formas distintas”.<sup>2</sup>

A maior parte da população de Novo Nilo que trabalhou na fábrica Gecosa era oriunda de processos migratórios originados dos sertões do Piauí e do Maranhão, em rotas que demandavam às margens do rio Parnaíba, historicamente aproveitadas pela população rural para o plantio de roçados conjugados com o extrativismo vegetal e a prática pesqueira. O rio Parnaíba nasce na Chapada das Mangabeiras e suas águas correm por cerca de 1.450 km, no sentido nordeste, servindo de divisa entre os estados do Maranhão e do Piauí, até desaguar em forma de delta no Atlântico.<sup>3</sup> Grande parte do território que margeia o Parnaíba é composto por vegetação característica da mata dos cocais, com destaque para as palmeiras de babaçu (*Attalea speciosa*), que se estendem por centenas de quilômetros na transição entre o bioma da Caatinga e a floresta Amazônica.<sup>4</sup> A Gecosa foi instalada justamente às margens do rio, aproveitando a mata dos cocais e o potencial econômico do extrativismo do coco babaçu para a produção do óleo comestível, do sabão de coco, dentre outros produtos industrializados a partir dessa oleaginosa. A proximidade das águas do Parnaíba, portanto, facilitava o acesso à matéria-prima, o escoamento da produção e a arregimentação de força de trabalho, já experimentada na lida do extrativismo e conhecedora dos babaçuais.

Considerando o cenário socioambiental em tela, importante asseverar o manejo de dois conceitos-chaves trabalhados na pesquisa: o primeiro é o conceito de “experiência”, pensado em conexão com os relatos fornecidos pelos camponeses, expresso nas formas de articulação de seus saberes e fazeres. Segundo Thompson, é justamente a experiência que dá cor à cultura, aos valores, às práticas cotidianas, através da formatação de normas de convívio comunitário, de reciprocidades, de obrigações familiares e relações de parentesco;<sup>5</sup> o segundo conceito é o de “camponês” que, conforme Shanin, pode ser entendido a partir de modos de vida que englobam diferentes atividades exercidas pelos sujeitos no campo, enfeixados por seus vínculos e interesses comunitários, conhecimentos e inter-relação com a natureza, vide

2 OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de; ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. Mundos do trabalho e história oral: uma apresentação. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 32, n. 0, p. 13, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8678385>. Acesso em: 8 mar. 2025.

3 SILVA, Jéssica Alves da. **Educação ambiental para conservação do Delta do Parnaíba**: uma análise sobre a percepção dos professores das escolas de Ilha Grande, Piauí. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021. p. 39.

4 GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba**: cidades-beira. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. p. 56.

5 THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

o caso dos interlocutores da pesquisa que, historicamente, combinavam três atividades, como agricultores, pescadores no rio Parnaíba e extrativistas na mata dos cocais.<sup>6</sup>

Antes da chegada da fábrica Gecosa no povoado Novo Nilo (PI), já havia um estabelecimento comercial denominado “Casa São João”, responsável pela compra de produtos oriundos do extrativismo vegetal e dos alimentos produzidos nas lavouras cultivadas pelos camponeses. A extração da amêndoa do babaçu já era feita pela população local por meio de um processo rudimentar e costumeiro, com utilização de “um machado e de um cacete”, operado sobretudo por mulheres, as “quebradeiras de coco”, que comercializavam a amêndoa do coco babaçu no comércio local. Os produtos eram enviados via transporte fluvial para grandes armazéns localizados no litoral do estado do Piauí.<sup>7</sup> Com a instalação da agroindústria, foram intensificados os fluxos econômicos locais, concentrando-se justamente nos circuitos do extrativismo preexistentes.

Sabe-se que o contexto da implantação e consolidação da fábrica se deu dentro do processo de ascensão da industrialização no período Vargas.<sup>8</sup> Nessa época, com a crise do sistema cafeeiro no Brasil, internamente houve redirecionamentos da exploração econômica no país, e o extrativismo ganhou fôlego através de investimentos que possibilitaram a implantação de agroindústrias com incentivo estatal, atreladas ao beneficiamento de produtos vegetais. Especificamente no Piauí, tais mudanças estiveram concentradas em investimentos industriais voltados ao beneficiamento da cera de carnaúba, da borracha da maniçoba e da amêndoa do coco babaçu.<sup>9</sup>

O contexto de investimentos internos também foi influenciado pela crise do capitalismo nos anos de 1930, pois as atividades voltadas para a exportação de *commodities*, como o café, entraram em declínio e consequentemente o eixo dinâmico da economia brasileira ficou voltado mais para o mercado interno, através de programas de industrialização substitutiva de importações que priorizaram a criação e o fortalecimento de ramos da indústria nacional para atender às demandas do país.<sup>10</sup>

Na década de 1950, o contexto industrial teve novas reconfigurações. Analisando os estados do Nordeste, e especificamente o estado do Piauí, percebemos que houve um aumento de subsídios oficiais investidos em iniciativas particulares voltadas ao extrativismo e à industrialização da amêndoa do coco babaçu, com foco na comercialização no mercado interno, principalmente para a região centro-sul do país. Com a criação da Sudene (Superintendência do

6 SHANIN, Teodor. **A definição de camponês**: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista NERA, ano 8, n. 7, p. 1-21, jul.-dez. 2005.

7 COSTA FILHO, Gervásio. **A história de um imortal**. [S.l.]: Projeto gráfico. 2014.

8 No decorrer dos anos de 1930 a 1940, ocorreu um aumento significativo da população piauiense, além do crescimento dos centros urbanos e da ampliação da industrialização dos produtos oriundos do extrativismo vegetal. Ver em MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. O entusiasmo pela educação como fator de progresso no Piauí entre os anos de 1920 a 1940. **Revista da Academia de Ciências do Piauí**, ano 1, n. 1, jul.-dez. 2020. p.139-165.

9 QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Economia piauiense**: da pecuária ao extrativismo. Teresina: Edufpi, 2006. p. 1-58.

10 BANDEIRA, Wiliam Jorge. Notas sobre a posse e o uso da terra no Piauí. **Carta Cepro**, Teresina, v. 7, n. 1, p. 29-56, jan.-jul. 1981.

Desenvolvimento do Nordeste), no ano de 1959, foram abertas linhas de crédito para projetos dessa monta, justificados como partícipes do ideário desenvolvimentista da industrialização do país.<sup>11</sup> Interessante pontuar que traços dessa tendência desenvolvimentista continuaram no contexto da década de 1960, marcada pela implantação da ditadura civil-militar no Brasil e pela escalada da violência no campo. Obstante a esse panorama de conflito, os camponeses residentes no povoado Novo Nilo estavam lutando através de várias formas de resistência cotidiana para uma melhor condição de moradia e de trabalho, haja vista que viviam como moradores agregados nas terras da fábrica Gecosa.<sup>12</sup>

Muitos dos trabalhadores lidavam diretamente com o dono da fábrica, o “coronel” Gervásio Raulino da Silva Costa, nascido no dia 19 de junho de 1895, na cidade de Alto Longá (PI).<sup>13</sup> O proprietário atuou em diversos ramos, como político, comerciante e industrial, dominando grandes áreas no Piauí e no Maranhão onde possuiu quase 25 mil hectares de terras nas margens do rio Parnaíba.<sup>14</sup> Como latifundiário, utilizava estratégias de atração e sujeição dos trabalhadores com a cessão de pequenas porções de terra para o cultivo da agricultura, localizadas às margens do rio, destinadas aos que atuavam na fábrica. Porém, as famílias residentes no povoado deveriam repassar toda a produção da amêndoa do coco babaçu para a fábrica Gecosa, e caso alguém fosse pego infringindo essa regra, era sumariamente expulso da terra, servindo de exemplo para os demais camponeses.

A respeito do autoritarismo encarnado no “coronel”, Farias afirma que, nesse contexto, uma vez assentados, moradores agregados enfrentavam interdições e truculência, marcadas por justificativas patronais de rigorosa obediência “do morador ao proprietário, e tal sujeição, como as demais, remete ao fato de que, ao morador, é permitido o acesso a um lote de terra para a sua reprodução familiar”.<sup>15</sup> O acesso à terra deveria condicionar a disposição de viver sob as amarras de certas regras, sob o manto do paternalismo patronal que cede o pedaço de chão em troca da submissão, exploração da força de trabalho e do respeito aos ditames estabelecidos dentro da comunidade rural.

Uma outra prática comumente utilizada pelos “coronéis” no Piauí era a arregimentação dos votos dos seus moradores agregados, esse fato ficou conhecido como voto de cabresto,

11 QUEIROZ, op. cit., p. 47-50.

12 O morador agregado é o “trabalhador que mora na terra do proprietário, mas que não faz parte da família, nem do quadro de trabalhadores, estabelecendo com o proprietário uma relação de trabalho na qual cultiva as terras mediante acordos previamente fixados”; ver: MACHADO, Marina. Agregado. In: **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 20.

13 O costume de tratar figuras importantes com o termo “coronel”, aqui sempre referido entre aspas, foi idealizado a partir da criação da Guarda Nacional, em 1831, e essa prática tem relação direta com o sistema de coronelismo que foi implantado pelas elites agrárias no Brasil. Conforme Leal, o “coronel” “como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam”. A autoridade do “coronel” colocava no convívio dos camponeses uma espécie de lei de obediência que devia ser exercida e respeitada, trazendo dissabores para aqueles que porventura desobedecessem às regras impostas por esse mandatário. Ver: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 45.

14 COSTA FILHO, op. cit., p. 10-11.

15 FARIAS, Francisco Pereira de. **Do coronelismo ao clientelismo**: práticas eleitorais no Piauí, Brasil. Teresina: Edufpi, 2020. p. 43.

o que aumentava a força eleitoral dos patrões e “emprestavam-lhes prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de donos de terras”.<sup>16</sup> Ao alcançar posições de destaque na política local, aproveitaram o contexto de diversificação de incentivos e investimentos econômicos estatais para atrair trabalhadores com possibilidades de moradia (como agregados) e empregos, enredados em jornadas de trabalho extenuantes e na presunção de estrita obediência.

Não por acaso, a Gecosa, ao longo das décadas, ampliou suas atividades e atraiu muitos migrantes, que uma vez situados na fábrica se inseriam na injunção de processos produtivos fabris e camponeses. Importante destacar que o empreendimento se inseria como possibilidade para os trabalhadores que tinham no horizonte a busca do acesso à terra. Uma vez estabelecidos na condição de trabalhadores agregados às terras da fábrica, passavam a lidar com interdições, rotinas reguladas pela produção mecanizada e imposições patronais permeadas pela lógica fabril. Contudo, dentro da Gecosa, tornando-se operários, passavam a atuar no beneficiamento industrial do coco babaçu sem abandonar o plantio dos roçados e a pesca, nas brechas da lida da fábrica. É justamente nesse ponto que a experiência camponesa se articulava, pois, mesmo inserindo-se em outro sistema produtivo, resistiam com suas atividades sustentadas em seus saberes historicamente constituídos, redes de contatos, sociabilidades e vínculos familiares.

Com base nesse panorama de experiências, serão analisadas as ações dos trabalhadores, caracterizadas por práticas que possibilitaram ganhos para além dos proventos oriundos da fábrica, através de seus conhecimentos da natureza, conjugados em experiências de trabalho que precediam a ambiência fabril. Problematizaremos as imposições do sistema patronal de controle e vigilância que reverberou nas condições de trabalho na fábrica, com exigências de alta produção, com dinâmicas de controle do tempo e disciplina do trabalho bastante diversas das historicamente conhecidas pelos trabalhadores formados nas rotinas do mundo rural.

## Do camponês ao operário e do operário ao camponês

COM O INÍCIO das atividades fabris, os camponeses agregados à fábrica viram a sua rotina de trabalho ganhar novas dinâmicas, marcadas pelo relógio da indústria, com crescentes exigências de produção e avessas ao tempo da natureza, que historicamente marcava o cotidiano laboral dos camponeses.<sup>17</sup> Ao discutir os impactos e desdobramentos dessas mudanças no tempo do trabalho, procuramos destacar as memórias dos nossos interlocutores e interlocutoras sobre acontecimentos passados, apresentados com saltos em temporalidades distintas, com seleções que não obedeceram à cadência do tempo cronológico diante do entrevistador, posto que “a memória na verdade, não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado”.<sup>18</sup>

16 LEAL, op. cit., p. 24.

17 THOMPSON, Edward. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

18 PORTELLI, Alessandro. **A história oral como a arte da escuta**. Tradução de Ricardo Santiago. São Paulo:



A importância da história oral em estudos sobre os mundos do trabalho tem sido chave para a ampliação de temas e problemas, justamente por acessar memórias e lutas de trabalhadores ainda pouco evidenciadas, vide as variadas experiências de camponeses engajados em fábricas e agroindústrias nos sertões do Brasil.<sup>19</sup> Segundo Paulo Fontes, a partir dos anos de 1990 houve uma renovação nos estudos das experiências locais das variadas formas de trabalho dentro do ambiente fabril, com a investigação dos perfis de distintos ramos de trabalho e seus sujeitos.<sup>20</sup> Todavia, dentro dos esforços analíticos enredados na interlocução com os trabalhadores e suas experiências delineadas através da oralidade, impõe-se uma série de desafios, que vão muito além da formulação de perguntas, da escuta atenta, da transcrição e contextualização de memórias narradas, da análise de dizeres e seus significados. Deve-se ater à relação dialógica existente entre o entrevistador e o entrevistado, manifestada nas falas em resposta às indagações e em suas possíveis tensões, que sempre acenam como possibilidade no processamento da interlocução. Tanto a disposição do entrevistado em falar, como a sua hesitação, seus silêncios, são eloquentes, sublimam as singularidades da observação e da escuta, sempre desafiando a investigação e a abordagem dos resultados da pesquisa sob o viés da história oral.<sup>21</sup>

Conseguimos acessar nossos entrevistados através do contato direto com moradores do povoado Novo Nilo. O interesse em investigar o caso da Gecosa e as experiências de seus trabalhadores nos levou a conversar com diversos homens e mulheres, na faixa etária acima dos 40 anos, que compartilharam conosco informações sobre os tempos do “coronel”. Após a definição do escopo da pesquisa, foram iniciadas a escolha dos entrevistados, as tratativas e o convite para a realização das entrevistas. A eleição dos interlocutores se deu através da sondagem das experiências de trabalho na fábrica, por meio da qual chegamos a cinco pessoas que atuaram nas linhas de produção por longos anos e em períodos distintos do século XX. Para preservar a ética e o sigilo dos dados pessoais dos nossos entrevistados, todos foram identificados com nomes fictícios. Trata-se de um grupo de trabalhadores composto por uma mulher e quatro homens, entre 46 e 83 anos, que nos relataram inúmeras experiências dos

Letras e Voz, 2016. p. 18.

19 Segundo Ribeiro, “na grande maioria dos casos, esse trabalho era complementar a sua atividade fabril, normalmente visando o complemento de renda ou formas de subsistência. Para o patronato, esta prática permitia o desenvolvimento de uma poderosa estratégia de dominação, inculcando uma certa ‘moral do trabalho’ junto aos operários e exercendo controle sobre esta mão de obra para além do espaço fabril”. Ver: RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. **A foice e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015. p. 72. Em direcionamento semelhante, Caires assevera que “as culturas de subsistência se baseavam fundamentalmente no plantio de milho, feijão e arroz em menor escala. Destinavam-se ao atendimento das necessidades básicas da família, ao mesmo tempo que complementavam seus ganhos salariais”. Ver: CAIRES, Ângela Cristina Ribeiro. O colonato na usina Tamoio. In: NEVES, Delma Pessanha. SILVA, Maria Aparecida Moraes (org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa**. v. 1. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 175.

20 Ver: FONTES, Paulo. História oral e história social do trabalho: os migrantes nordestinos em São Paulo entre os anos 1940 e 1960. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **História oral e historiografia** – questões sensíveis. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 81-107.

21 Ver: HERMETO, M.; SANTHIAGO, R. (ed.). **Entrevistas imprevistas: surpresa e criatividade em história oral**. 1ª ed. São Paulo: Letra e Voz, 2022. p. 22.

tempos da fábrica, delineando diversos acontecimentos alinhavados às suas trajetórias de trabalho, fornecendo detalhes significativos da lida nas intercessões entre a rotina fabril e os afazeres camponeses. Todos foram referenciados na pesquisa através de suas idades, estado civil e cor, com base em procedimento de heteroidentificação.

Um dos tópicos comuns partilhados em todas as entrevistas teve base nas experiências de migração, nas memórias sobre a travessia em demanda das margens do rio Parnaíba, buscando acesso à terra e possibilidades de emprego na Gecosa. O deslocamento, em suas diversas camadas de sentido, tinha como último fim uma colocação na fábrica, com as famílias dividindo-se entre o trabalho extrativista e o fabril, além de cultivarem nos intervalos e dias de folga seus roçados de mandioca, feijão, milho e arroz na vazante do rio, algumas vezes combinados com a pesca. Após a chegada no povoado, os trabalhadores e suas famílias passaram a viver como agregados nas terras da fábrica. Essa era uma das características que distinguiram a Gecosa, pois atraía migrantes não só por sua localização privilegiada e possibilidade de emprego, mas também por situar parte dos empregados e suas famílias em terras da fábrica, reproduzindo estratégias usuais dos latifundiários da região. Nesse contexto, proibia-se a construção de casas de alvenaria, permitindo somente a edificação de casas de pau-a-pique cobertas de palha, o que destacava a provisoriabilidade da habitação e praticamente anulava a probabilidade dos trabalhadores requererem qualquer vínculo ou acesso à posse da terra.

Assim, ao investigar os perfis dos trabalhadores, chegamos à família do nosso primeiro entrevistado, o Sr. Tiago, homem pardo, 52 anos, solteiro, que migrou do povoado Calção Redondo, município de Miguel Alves (PI). Naquela localidade, a lida da sua família já era na roça, atuando na quebra do coco babaçu e na fabricação de carvão. A chegada da família ao povoado Novo Nilo ocorreu no início da década de 1980 e possibilitou a inserção do Sr. Tiago na fábrica Gecosa. O entrevistado relatou que seus pais não eram alfabetizados e que vieram para o povoado em busca de uma melhoria na condição de vida da família. Já assentado na localidade, agregado às terras da fábrica, com o passar do tempo o entrevistado conseguiu um posto de trabalho, em época que tinha apenas 13 anos de idade, no setor de envasamento do óleo. Ao ser questionado sobre a idade em que começou a trabalhar, nos informou que “naquele tempo não tinha esse negócio [de fiscalização] não”.<sup>22</sup> Ao rememorar o seu passado, mais precisamente no ano de 1987, afirmou que “antigamente a gente não tinha trabalho fixo mesmo para ir todo o dia, no dia que tinha o envasamento, a gente ia para a fábrica, quando não tinha, a gente ia para a roça”<sup>23</sup> cultivada na vazante do rio Parnaíba. No relato, fica nítida a estratégia utilizada de coadunar o trabalho fabril e as atividades tradicionais camponesas amparadas na lida da terra.

Por meio deste relato, percebemos a concomitância do trabalho fabril com o trabalho realizado nas roças de vazante, cultivadas nas margens do rio Parnaíba, logo após a passagem

22 SILVA, Tiago da. **Tiago da Silva (depoimento, 2023)**. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. União, PI, 17 jun. 2023.

23 Idem.



do período das cheias anuais.<sup>24</sup> A “vazante”, além de significar um período de tempo no qual as águas do rio baixam, aparece na fala dos trabalhadores rurais com mais uma camada de sentido, como significação de uma paisagem de trabalho.<sup>25</sup> A vazante figura como temporalidade e ao mesmo tempo como sinônimo de terra fértil preparada pelas águas do rio, pronta para o plantio, como uma dádiva para as famílias camponesas. Tal dimensão das experiências dos trabalhadores se assemelha às práticas de agricultura milenares dos egípcios nas terras férteis do rio Nilo, no Norte da África. Por esse motivo, damos ênfase ao nome do povoado “Novo Nilo”, do qual não tivemos informações precisas sobre a origem, muito provavelmente assim batizado por estar situado em área de várzea dominada pela fábrica e densamente aproveitada pelos agricultores. A fertilidade do “Nilo”, melhor dizendo, do “Novo Nilo”, ganha expressão na fala dos entrevistados através dos roçados da vazante, essenciais para a produção de alimentos entre os camponeses, como no caso da família do nosso interlocutor.

Uma vez assentado com sua família nas terras da fábrica, o Sr. Tiago nos informou como conseguiu trabalhar na Gecosa, dizendo: “eu fui lá, aí estavam chamando um bocado de gente, aí eu cheguei e os cabras me encaixaram lá, né”.<sup>26</sup> Nessa arregimentação de trabalhadores, que ocorreu no ano de 1985, não foi levado em consideração a pouca idade do nosso entrevistado, que conseguiu trabalhar no envasamento do óleo do coco babaçu, atividade empreendida por adultos, que demandava manejo de pesado maquinário e do próprio óleo beneficiado, atividade perigosa e insalubre.

De maneira bem breve, ele relatou sobre a sua trajetória na fábrica afirmando: “comecei no envasamento, depois do envasamento fui para o ensacamento da ração, da ração fui para a extração do óleo e do óleo fui para a fábrica da saboaria, e da saboaria fui até agora quando a bicha fechou as portas”.<sup>27</sup> Nessa rotina de trabalho, ele nos afirmou que “tinha dia que era pesado, tinha dia que era maneiro, era assim [...] Pesado quando era no dia do descarregamento dos caminhões [...] porque lá na minha área lá, tinha dia que era a gente mesmo que descarregava”.<sup>28</sup> Em suma, o Sr. Tiago trabalhou em três setores da fábrica, iniciando no envasamento, passando pelo ensacamento do farelo de babaçu e indo até a saboaria, ficando nesse setor até o fechamento da fábrica, em 2016, somando 21 anos de serviços prestados. Questionamos também se ele recebia o seu salário de maneira mensal, quinzenal ou se era por meio de vale, e ele nos afirmou que “tinha o vale, antigamente era

24 As cheias na região norte do rio Parnaíba, onde está localizado o povoado Novo Nilo (PI), geralmente ocorrem entre os meses de janeiro a fevereiro, devido à predominância do período chuvoso nessa região. Ver: CARVALHO, José Jucimar Batista. **Análise dos experimentos de marcação da curimatã comum, *Prochilodus cearensis* Steindachner, no rio Parnaíba**. 1977. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Pesca) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1977. p. 5.

25 Segundo Milton Santos, “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Ver: SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 66.

26 SILVA, Tiago da. **Tiago da Silva (depoimento, 2023)**. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. Novo Nilo, União (PI) 17 jun. 2023.

27 SILVA, Tiago da. **Tiago da Silva (depoimento, 2023)**. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. União, PI, 17 jun. 2023.

28 Idem.

quinzena, quando foi para fechar as portas mesmo era dois meses, era três meses, um mês”,<sup>29</sup> ou seja, passava temporadas trabalhando sem receber, aguardando os prazos de pagamento estipulados pelos industriais.

Observamos que, na iminência do fechamento da Gecosa, a situação dos trabalhadores se agravou bastante pela irregularidade no pagamento dos seus proventos, ocasionando assim uma mobilização através de greves que eram feitas pelos operários, pois, nas palavras do entrevistado: “chegamos [a fazer greve], muitas vezes, muitas vezes nós paramos para receber o dinheiro [...]. Aqui e acolá nós parava [sic] para poder o homem pagar a gente, né, e a gente tinha que parar para o patrão ver a gente, né”.<sup>30</sup> Com o fechamento da fábrica, o Sr. Tiago continuou a desenvolver suas atividades rurais, através do trabalho na roça e realizando serviços braçais, como servente de pedreiro; além disso, foi ajudado pela rede de sociabilidade construída dentro da comunidade. Observamos, também, que os camponeses/operários se articularam através de greves na luta por melhores condições de trabalho. É importante destacar que os movimentos paredistas relatados não foram pormenorizados pelo entrevistado com datação e contexto mais detalhados. O nosso interlocutor afirmou que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de União (PI)<sup>31</sup> não teve protagonismo e que a sua participação nas greves dos operários/camponeses da Gecosa na luta pelos seus direitos “não existia”.<sup>32</sup>

Todavia, a despeito do relato do Sr. Tiago, é importante sublinhar que à época havia vigorosa mobilização do sindicalismo rural no Piauí, com ações contundentes na luta pela reforma agrária e por direitos previdenciários dos trabalhadores, tanto que muitos dos empregados da Gecosa tinham conhecimento e almejavam a aposentadoria como agricultores, ciosos por seus direitos. Um dado interessante é que todos os nossos interlocutores em algum momento foram sindicalizados. Na condição de moradores agregados das terras da fábrica, estiveram associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de União (PI), o que certamente gerava incômodos ante a pretensão tutelar dos patrões, ainda mais no contexto de domínio do “coronel”. Segundo Medeiros, “a motivação inicial da ação sindical era a luta pela reforma agrária e pelos direitos previdenciários. Ante a ação virulenta dos grandes proprietários, com despejos pelo simples fato dos agregados se sindicalizarem, começou a luta pelo próprio direito de associação e pela permanência na terra”.<sup>33</sup> Interessante notar que, no referido contexto, nossos interlocutores, mesmo associados ao sindicato, não foram expulsos de seus locais de moradia. O que nos leva a pensar, a partir dos relatos, que o silêncio ou negação da atuação do sindicato se projeta como medida mitigatória de possíveis incômodos e tensões, considerando que seus caminhos

29 Idem.

30 Idem.

31 O Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) Rurais de União - PI foi fundado no dia 22 de abril de 1975 e tem como função principal as atividades de organizações sindicais dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares da cidade de União (PI) e de localidades circunvizinhas à sede do município.

32 SILVA, Tiago da. **Tiago da Silva (depoimento, 2023)**. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. União, PI, 17 jun. 2023.

33 MEDEIROS, Antônio José. Movimentos Sociais. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (org.). **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectivas**. Teresina: Halley, 1995. p. 175.

de luta historicamente foram permeados pela associação ao sindicato, mas também pelo recurso à cumplicidade com o “apadrinhamento” do proprietário. É nesse ponto que, apesar de sindicalizado, Sr. Tiago nos afirmou que nos momentos de greve não foi perceptível a atuação sindical. Essa é uma mostra da complexidade das experiências dos trabalhadores da Gecosa, que manejaram, dentro de seus campos de possibilidade de luta, formas de mobilização que raramente se colocaram de modo frontal contra a fábrica, tendo como ápice do enfrentamento as ocasiões de greve.

Essa é uma inflexão-chave que cruza os relatos. Mesmo diante do contexto de dificuldades dos camponeses na fábrica, a Gecosa não deixava de figurar como alternativa possível e atrativa em Novo Nilo, conservando-se como destino de migração, como empreendimento que acenava com possibilidades de acesso à terra e ao emprego, mesmo tolhidos pela precariedade e violência. Tal enredo guarda encadeamento semelhante dentro do relato dos outros interlocutores.

Assim, chegamos ao nosso segundo entrevistado, o Sr. Cássio, homem pardo, 83 anos, solteiro, que nos recebeu em sua residência em Novo Nilo. No que se refere ao relato sobre a sua migração, foi detectado um detalhe que o distinguiu dos demais entrevistados, qual seja, o fato de não ter migrado juntamente com sua família. Explicou que se juntou com dois amigos para buscar trabalho na fábrica, não sendo acompanhado por nenhum parente, “ninguém quis vir me acompanhar, disseram que eu era louco”.<sup>34</sup> Sua família, embora empobrecida e agregada à terra de outros proprietários, resolveu não arriscar a migração em demanda da Gecosa.

O Sr. Cássio nasceu no povoado Titara, município de Matias Olímpio (PI), e o motivo da sua migração foi “porque aí tinha serviço na Pimenteira e aqui na Gecosa, aí arrumei mais dois colegas e [eu disse] vamos caçar um serviço para nós trabalhar [sic], sair desse negócio aqui, porque isso aqui não dá não, aí nós viemos”.<sup>35</sup> Antes de migrar para Novo Nilo, o Sr. Cássio já trabalhava na roça e tinha o desejo de conseguir uma melhor condição de vida. Por conta disso, afirmou que ao chegar em seu destino, sofreu “para arrumar um emprego e mesmo para arranjar moradia, né, para ficar em uma casa, mas depois o pessoal entenderam, apoiaram [sic] e trabalhei muitos anos nessa Gecosa aqui”.<sup>36</sup> Informou-nos que iniciou seu trabalho na fábrica no ano de 1974, quando tinha 34 anos.

A labuta na lavoura foi evidenciada na fala do Sr. Cássio no momento em que foi questionado sobre a concomitância do trabalho no roçado com o trabalho fabril, afirmando que “trabalhava sim, trabalhava de roça, era de roça, mesmo eu trabalhando na Gecosa, eu tinha minha roça”.<sup>37</sup> No seu relato, observamos nitidamente a utilização da lavoura como estratégia de segurança alimentar, mesmo precarizada dentro das rotinas pesadas do trabalho fabril. Em outras palavras, mesmo na condição de morador agregado, ter acesso à terra para plantar seu roçado era visto como fundamental. Sobre a possibilidade de demissão e da perda do

34 PEREIRA, Cássio. **Cássio Pereira (depoimento, 2023)**. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. União, PI, 17 jun. 2023.

35 Idem.

36 Idem.

37 Idem.

local de moradia na época em que atuou na fábrica, o entrevistado nos relatou que os patrões expulsavam por “bulir no alheio [...] Eles colocavam para fora da terra, nesse tempo tinha ordem. Epa, nesse tempo aqui tinha ordem, tinha lei [...] ia embora sim, para dar exemplo para os outros, uma punição”.<sup>38</sup> O Sr. Cássio nos informou também que esse regramento se dava pela condição do povoado ser governado por um coronel que “botava [lei] sim, ninguém bulia nas coisas alheias não, desmoralizar a filha de alguém, de jeito nenhum [...] casava, tinha que casar, homem, o negócio aqui era sério demais”.<sup>39</sup>

Outra questão colocada pelo nosso entrevistado foi a maneira utilizada para conseguir conciliar a labuta da fábrica com o trabalho na roça, pois afirmou que se aproveitava da rede de solidariedade que ele havia construído na fábrica, mesmo sendo “meio difícil viu, [pois] sempre era turno trocado, era turno de 4 [da tarde] às 12 [da noite], de 12 [da noite] às 8 [da manhã], de 8 [da manhã] às 4 [da tarde], aí quando a gente chegava, tomava café, tomava banho, aí ia para a roça”.<sup>40</sup> Nesse movimento de troca de turno com seus companheiros de trabalho, o Sr. Cássio conseguia realizar o cultivo da sua roça, sem deixar de trabalhar na fábrica. O entrevistado também frisou a grande dificuldade para conseguir cumprir a rotina extenuante de trabalho, pois trabalhava oito horas por dia em horários alternados, sem abandonar seu roçado, afirmando que “dava tempo, mesmo sofrendo muito, porque às vezes quase não dava nem para dormir, mas escapemos [sic]”. Em outras palavras, Sr. Cássio tornou-se operário para continuar camponês, pois ao fixar moradia no povoado Novo Nilo visando ao emprego na Gecosa, tinha no seu horizonte a possibilidade de acesso à terra e ao roçado, mesmo enfrentando condições precárias e rotina estafante, como morador agregado. Seu cotidiano era extremamente difícil e penoso, com poucas horas de descanso e trabalho intenso. O entrevistado relatou o desgaste físico que sofreu por conta da perda de sono, em virtude do pouco intervalo de tempo que havia entre a saída da fábrica e o início do trabalho no roçado.

Nessas condições, Sr. Cássio trabalhou por mais de 20 anos na Gecosa. Questionamos, então, se em algum momento ele trabalhou de carteira assinada na fábrica e ele nos informou que “trabalhei um bocado de anos”.<sup>41</sup> Então, perguntamos, se por conta disso ocorreu algum problema em sua aposentadoria, uma vez que foi aposentado como trabalhador rural, e ele nos informou que “deu, eu peguei 65 anos”.<sup>42</sup> Percebemos que, em razão do tempo em que trabalhou de carteira assinada na fábrica Gecosa, só conseguiu a tão sonhada aposentadoria no ano de 2006, com 65 anos de idade, ou seja, cinco anos a mais do que determina o artigo 201, § sétimo e inciso II da Constituição Federal de 1988, que define os critérios para a aposentadoria dos trabalhadores rurais.<sup>43</sup>

38 Idem.

39 Idem.

40 PEREIRA, Cássio. **Cássio Pereira (depoimento, 2023)**. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. União, PI, 17 de jun. 2023.

41 Idem.

42 Idem.

43 BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 2 fev. 2024.

Ao longo de duas décadas em que atuou na fábrica, o Sr. Cássio trabalhou na função de preenseiro, pois “nós trabalhava [sic] nas prensas, nós tirava [sic] o óleo da Gecosa, o óleo de coco, para ir para a refinaria para refinar, para encaixotar”.<sup>44</sup> Esse trabalho era realizado através da prensagem da amêndoa do coco babaçu para que fosse possível extrair o óleo puro. O processo de extração era feito pelo nosso entrevistado com extrema cautela, pois era “pesado, porque trabalhar na prensa era pesado, era quente, se a prensa explodisse na gente queimava os olhos tudo, mas era bom”.<sup>45</sup> Pode-se inferir que o ato de positivar a experiência de perigo e de se acumpliciar à visão patronal em alguns momentos era também uma forma de agenciar a manutenção do emprego e do acesso à terra. Nesse sentido, concordando com argumento de James Scott, “é razoavelmente claro que o sucesso da resistência de fato é muitas vezes diretamente proporcional à conformidade simbólica com que está mascarada”.<sup>46</sup>

Relatos como os do Sr. Cássio, um homem idoso e bastante conhecido na comunidade, são retratos da memória sobre a fábrica que circulam ainda hoje no povoado. Lembranças que forjam representações das origens fabris do povoado, de um passado de trabalho pesado, de manejo de maquinários perigosos, de rotinas ditadas pelo “coronel” dono da fábrica e das terras. Consideramos, em concordância com argumento de Bosi, que “a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações”.<sup>47</sup> Portanto, entre memórias e representações, as visões sobre a Gecosa ganham materialidade nos relatos orais de trabalhadores, vide o caso do Sr. Cássio, cujas narrativas se fazem presentes e continuam em movimento, evidenciando experiências do trabalho para além do viés saudosista de uma alegada origem “moderna” e industrial de Novo Nilo. Trata-se de um passado acionado e reconstituído aqui através da oralidade pelos trabalhadores.

Questionamos, por fim, ao Sr. Cássio sobre a sua saída na fábrica, e ele asseverou que, na época em que se retirou da fábrica para se aposentar como trabalhador rural, ela “ainda estava funcionando, mas já estava bem fraca, mas [ainda] estava funcionando, aí eu achei até bom mesmo ter saído porque eu peguei meus direitos”.<sup>48</sup> Observamos que, no ano de 2006, período em que o entrevistado deixou o trabalho fabril, a Gecosa já estava sofrendo uma forte instabilidade financeira. Com o passar do tempo, mais precisamente no ano de 2016, ocorreu seu fechamento e os trabalhadores que permaneceram foram todos prejudicados, pois “[...] quando a fábrica fechou, quem ficou dançou, não tinha como pagar, perdeu tudo. Ainda hoje

44 PEREIRA, Cássio. **Cássio Pereira (depoimento, 2023)**. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. União, PI, 17 jun. 2023.

45 Idem.

46 SCOTT, James C. **Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance**. [S.l.]: Yale University Press, 1985. JSTOR. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/j.ctt1nq836>. Acesso em: 30 mar. 2024. Trecho original: “It is reasonably clear that the success of de facto resistance is often directly proportional to the symbolic conformity with which it is masked”.

47 BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembranças de velhos. v. 1. São Paulo: Edusp, 1987. p. 46.

48 PEREIRA, Cássio. **Cássio Pereira (depoimento, 2023)**. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. União, PI, 17 jun. 2023.

está devendo”.<sup>49</sup> Atualmente, há vários processos judiciais de trabalhadores contra a fábrica no intuito de auferirem seus direitos trabalhistas.

## Mulheres na fábrica

ALÉM DAS ENTREVISTAS, realizamos também uma pesquisa documental nos quatro primeiros livros de registros de trabalho referentes às décadas de 1940 a 1970 e detectamos que havia apenas três mulheres trabalhando na Gecosa.<sup>50</sup> Tratava-se de uma balconista, uma enfermeira e uma auxiliar de escritório. Contudo, por meio da metodologia da história oral, descobrimos que várias outras mulheres trabalharam nas mesmas décadas sem registro, de forma avulsa (ou seja, de forma não documentada), e que ocupavam principalmente os postos de trabalhos braçais. Dentre elas, destacamos o relato da nossa terceira entrevistada, a Sra. Eliane, mulher parda, 75 anos, aposentada, nascida no povoado Almas, município de Cocal (PI), filha de camponeses; ela nos informou que seus pais não sabiam ler e nem escrever e que sempre trabalharam na roça.

A Sra. Eliane afirmou que no seu local de origem labutava com seus pais na roça e realizava também a quebra do coco babaçu. Com o passar do tempo casou-se e, no ano de 1981, migrou para o povoado Novo Nilo, com 33 anos de idade, contando com o apoio dos familiares de seu esposo, que já residiam na localidade como moradores agregados nas terras da fábrica. A migração do jovem casal teve relação direta com redes de sociabilidade preexistentes, que ajudaram a dimensionar a expectativa do deslocamento. No novo local de moradia, a Sra. Eliane passou a trabalhar juntamente com o seu esposo nas lavouras de vazantes cultivadas à beira do rio Parnaíba, plantando arroz, milho, feijão e macaxeira. Com o passar do tempo, a situação econômica se agravou, pois seu esposo, que trabalhava na fábrica, ficou desempregado, o que poderia implicar na perda do acesso à terra. Por conta disso, a Sra. Eliane resolveu procurar emprego na fábrica para manter a sobrevivência da sua família, solicitando a ajuda de uma amiga que já trabalhava na Gecosa:

Francisca, se tiver uma vaga [de emprego], para você arrumar para mim? Aí ela disse assim: o seu Paulo não vai deixar você vir. Aí eu disse assim: vou sim, para isso aí ele não vai me governar, não; olha Francisca, quem sabe o que eu estou passando é [sic] eu. Aí ela disse assim: você vem mesmo, Eliane? Aí eu disse: vou, minha irmã.<sup>51</sup>

Nesse ponto de sua fala, a entrevistada enfatiza a firmeza em conseguir um trabalho na Gecosa, e apesar do seu esposo não aceitar, ela ficou na expectativa de ser chamada pela empresa para compor o quadro de funcionários que trabalhavam na saboaria. Após esperar

49 Idem.

50 GECOSA, Indústrias Integradas Gervásio Costa S.A. 01 Livro de Registro de Trabalhadores, Teresina, 13 out. 1969; Ibidem, 02 Livro de Registro de Trabalhadores, Teresina, 13 out. 1969; Ibidem. 03 Livro de Registro de Trabalhadores, Teresina, 13 out. 1969; Ibidem. 04 Livro de Registro de Trabalhadores, Teresina, 15 mar. 1973.

51 SOUSA, Eliane de. **Eliane de Sousa (depoimento, 2023)**. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. União, PI, 17 jun. 2023.



por quatro dias, recebeu um convite para se dirigir até a fábrica para falar com o encarregado da saboaria, e assim começou a trabalhar, mas “foi uma luta, eu mais o Paulo, passamos um monte de dias brigando”.<sup>52</sup>

Ao ser questionada sobre o motivo do seu esposo não querer deixá-la trabalhar na fábrica, ela nos informou que não sabia o motivo e que “tinha uma menina que já estava grande, de 17 anos e já fazia tudo, fazia almoço e janta, fazia tudo, eu acho que era só porque ele não queria mesmo que eu fosse”.<sup>53</sup> Dentro de economias camponesas lastreadas em bases patriarcais existe uma preocupação para que não “seja subvertida a hierarquia familiar”,<sup>54</sup> e no relato acima observamos que houve a quebra dessa hierarquia, pois, a Sra. Eliane se tornou a principal provedora da renda familiar.

As relações de gênero dentro do contexto rural nos sertões do Brasil têm constituído espaços de poder geralmente vinculados aos padrões tradicionais, ou seja, patriarcais, entre os quais a força de trabalho feminina está quase sempre condicionada ao trabalho doméstico. No relato da Sra. Eliane, inclusive, é enfatizado o papel da sua filha mais velha, que passou a ocupar seu posto no trabalho doméstico em casa, para que a mãe pudesse buscar emprego na fábrica e manter os vínculos da família com a terra. Após desafiar o julgamento do marido e seguir com seus planos, a Sra. Eliane começou a trabalhar na fábrica. Assim, nos forneceu detalhes de como era sua rotina de trabalho na Gecosa:

A gente pegava aquelas cinco barras [de sabão], botava aqui na máquina e a máquina dava um pulinho, passava, e já ia plastificando, sabe como é? Aí botava outras cinco [barras de sabão] e não era para errar na hora que a gente colocava para unir uma na outra, para ir plastificando, era assim, aí quando era para a gente sair, aí a gente ia varrer, limpar, deixar tudo bem limpinho, era assim o rojão da gente, era assim.<sup>55</sup>

A entrevistada rememora a sua labuta cotidiana, a qual se resumia na lida com a máquina de plastificar o sabão em barra que basicamente era feito com quatro ingredientes: o sebo bovino, o óleo de babaçu, a soda cáustica e o sal em pedra. Tal trabalho deveria ser desempenhado com muita destreza e precisão para que não houvesse erros na linha de produção, pois através da maximização do trabalho poderia obter um maior ganho, tendo em vista que a remuneração da atividade fabril era baseada na sua produção e não num salário previamente acordado.

[...] A gente ganhava por produção, se fizesse a gente ganhava, se não fizesse a gente não ganhava, num dia que caía uma carga de sabão ou duas, naquele dia a gente ganhava naquele horário que a gente passava das 4 [horas da tarde] às 12 [horas da noite], era bem pouquinho, porque era [apenas] as duas cargas de sabão que tinha caído e como era que a gente podia produzir.<sup>56</sup>

52 SOUSA, Eliane de. **Eliane de Sousa (depoimento, 2023)**. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. União, PI, 17 jun. 2023.

53 Idem.

54 WOORTMANN, Klass. Migração, família e campesinato (1990). In: WELCH, Clifford Andrew et al. (org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. v. 1. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 217-238.

55 SOUSA, Eliane de. **Eliane de Sousa (depoimento, 2023)**. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. União, PI, 17 jun. 2023.

56 SOUSA, Eliane de. **Eliane de Sousa (depoimento, 2023)**. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos.

Uma das práticas adotadas pela fábrica era remunerar seus funcionários através da produção que era realizada durante o período de trabalho, que no caso da Sra. Eliane, era definida pela capacidade em plastificar a maior quantidade de pacotes de sabão durante o turno de trabalho. Tal método penalizava os(as) trabalhadores(as) que se limitavam a trabalhar com a quantidade de sabão que era depositada na “máquina”. Além disso, a Sra. Eliane se esforçava para conservar o trabalho no roçado em concomitância ao trabalho fabril, pois “a gente chegava [em casa] 12 horas [da noite], né, aí só ia entrar [na fábrica] 4 horas [da tarde] do outro dia, aí dava tempo para a gente ir na roça, comer, dormir um pouquinho, dava tempo de descansar um pouquinho”.<sup>57</sup> Como se vê, a lida no roçado também fazia parte da rotina de trabalho da entrevistada. Isso implicava num adendo nas horas de labuta diária, resultando em outro turno de trabalho aditado às 8 horas já trabalhadas na fábrica, o que implicava numa rotina altamente estafante, praticamente sem direito ao descanso.

Ao relatar sobre o pagamento da fábrica, nossa interlocutora nos informou que era remunerada por meio do “vale”, pois ela “ia para a Mecal, aí dia de sábado, se a gente não comprasse tudo, ficava [o vale na Mecal], aí quando era no dia do pagamento a gente recebia o pouco que ficava, que sobrava das coisas”.<sup>58</sup> Ela relatou que o vale era trocado na Mecal (Mercantil Costa Limitada), empresa que também pertencia à fábrica Gecosa e que detinha o monopólio comercial dentro do povoado Novo Nilo, fornecendo os alimentos de primeira necessidade para os camponeses e operários que deveriam comprá-los por meio do vale fornecido pela fábrica. Aqui cabe uma reflexão mais ampla sobre a fala da entrevistada, pois percebemos que a fábrica lucrava duas vezes com tal condição de exploração: a primeira era através da baixa remuneração dos camponeses pelo trabalho executado e a segunda pela troca do vale por produtos da Mecal, que tinham seus preços estipulados (e inflacionados) pela fábrica. Apesar disso, ao ser questionada se o seu trabalho na fábrica foi importante para melhorar a sua condição de vida, nos respondeu que:

Melhorei assim, porque quando era dia de sábado eu tinha o meu dinheiro para comprar minhas coisas de comida, eu comprava meio saco de arroz, comprava sabão, comprava açúcar, café, as coisas que eu precisava em casa, nem que não ficasse para mim receber o dinheiro, quando dava no sábado tinha vale de novo, tinha dia que a gente tinha mais, tinha dia que a gente tinha mais pouco, e a vida era assim.<sup>59</sup>

Nesse ponto da sua narrativa a Sra. Eliane demarca a importância de sua autonomia em prover a família, mesmo que isso implicasse em desafiar momentaneamente o marido desempregado, contrariado com a independência da esposa. Na fala, a entrevistada cita o fato de poder trocar a sua força de trabalho por itens que atendiam às demandas alimentares costumeiras, complementando a produção da roça, afirmando que sua condição de vida melhorou com o

União, PI, 17 jun. 2023.

57 Idem.

58 Idem.

59 Idem.

emprego, mas sem deixar de frisar que o ganho adquirido na fábrica era muito pouco, pois “nem [era] um salário, a gente ganhava era pelo que a gente fazia, era por produção, não era um salário não, olha o tatinho, era igual ao salário do Chico Anysio”.<sup>60</sup>

A Sra. Eliane informou também que o setor da fábrica em que ela trabalhava era composto por cinco mulheres e quatro homens em cada turno; eles realizavam atividades distintas, uma vez que os homens ficavam responsáveis por colocar as cargas de sabão que caíam no chão dentro da máquina chamada extrusora (a qual exigia bastante força física), para que posteriormente as mulheres pudessem realizar o processo de plastificação das barras de sabão e também o embalagem do produto finalizado em caixas de papelão. Segundo nossa entrevistada, seu trabalho era bastante penoso, demandando muitas horas em pé num ritmo repetitivo e cansativo:

[Era] pesado, ruim, logo a gente passava sono e todo o tempo em pé, não era para errar, porque se errasse aquele pacote já estava desmantelado, a barra de sabão embolava, machucava, aquele pacote de sabão já não prestava, era jogado fora e aí precisava a gente trabalhar com o maior cuidado.<sup>61</sup>

A exigência de não errar dentro da linha de produção aumentava a tensão e a dificuldade do serviço executado, ademais, havia a condição de ficar todo o tempo de pé durante todo o processo de produção que durava em média oito horas por dia. Nesse ponto da sua fala, a entrevistada não relatou se havia algum intervalo destinado ao almoço (ou outra refeição do dia), ou qualquer interrupção temporária para descanso durante a jornada de trabalho. Assim, ela trabalhou na fábrica por mais de três anos e nesse período não trabalhou de carteira assinada, pois tinha o desejo de se aposentar como agricultora e montou uma estratégia para sair da fábrica na iminência da formalização do seu contrato de trabalho:

Aí o pessoal do escritório chegou lá [na fábrica] com a folha, aí a primeira que ele falou foi comigo: Dona Eliane, vocês vão trabalhar agora de carteira assinada. Eu disse: De carteira assinada? [Ele disse] É, o homem [o patrão] naquele dia ficou zangado, reclamou para mim que vocês estavam trabalhando sem estar protegidos de nada, aí eu vou pegar a pontuação de vocês e o número da roupa. Aí eu disse assim: Seu João, eu não quero. [Ele disse] Por que a senhora não quer? Eu disse: Olha, é porque faz tempo que eu pago o Sindicato [dos(as) Trabalhadores(as) Rurais da União] e só está faltando um ano e pouco [para a aposentadoria].<sup>62</sup>

No relato acima, observamos que a entrevistada aderiu ao trabalho na fábrica de maneira provisória, sem que afetasse a sua identificação como camponesa, visando ao direito à aposentadoria como trabalhadora rural.<sup>63</sup> Cumpre notar que após conseguir a almejada

60 Idem. A entrevistada faz referência ao bordão “e o salário ó” utilizado pelo comediante Chico Anysio na “Escolinha do professor Raimundo”, criada em 1952. Tal bordão faz relação com a desvalorização do salário do professor no Brasil. Disponível em: <https://oguaira.com.br/editorial/e-o-salario-o>. Acesso em: 22 mar. 2024.

61 Idem.

62 Idem.

63 Para ter a aposentadoria como trabalhador rural, conforme o artigo 201, § 7º e inciso II da Constituição Federal de 1988, o camponês precisa ter “60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal”. Ver em: BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

aposentadoria, a Sra. Eliane continuou trabalhando com seu esposo nos roçados de vazante às margens do rio Parnaíba, mantendo assim as suas práticas costumeiras.

## Crianças e adolescentes na fábrica

ALÉM DA UTILIZAÇÃO da força de trabalho de mulheres, a fábrica arregimentava também crianças e adolescentes que residiam no povoado Novo Nilo. Sabe-se que a introdução dos camponeses no trabalho ainda em tenra idade era parte de um conjunto de práticas de iniciação laboral comumente aceitas entre populações rurais, cuja imersão na lida normalmente começava na infância, ou seja, conforme assevera Menezes, o “trabalho familiar na agricultura também significa que as crianças são incorporadas muito cedo na produção e no trabalho doméstico”.<sup>64</sup> Assim, chegamos ao nosso quarto entrevistado, o Sr. Moisés, homem pardo, 46 anos, casado, cuja família morava agregada às terras da fábrica, e que nos relatou como ocorreu a sua entrada na Gecosa, em 1990, quando tinha apenas 12 anos de idade.<sup>65</sup> Na época em que começou a trabalhar na fábrica se falava muito de uma explosão ocorrida alguns anos antes no setor de separação do óleo, que causou grande apreensão e medo entre os trabalhadores, marcando a experiência de admissão do nosso entrevistado na Gecosa:

A Gecosa na época da explosão [do setor] que fazia a separação do óleo [de babaçu] da ração [por meio do solvente], tinha que ensacar a ração, e como na época a dificuldade era muito grande, nós, com 12 anos de idade, nós ia à noite para ensacar a ração para ganhar por produção, como eu e vários jovens da minha época nós trabalhava [sic] lá nesse ensacamento de ração à noite, [nós] estudava, aí [às] 8 horas da noite nós entrava na Gecosa e ficava até o horário que quisesse ensacando o ralão, porque a gente ganhava por produção, era por saco cheio e aí eu tinha na época entre 11 e 12 anos [de idade] [sic].<sup>66</sup>

A explosão ocorreu no ano de 1987 e foi ocasionada pelo vazamento e posterior combustão do solvente que era utilizado para separar o farelo do óleo de babaçu, uma amostra do perigo ligado à lida com o maquinário. O acontecimento expressa o iminente risco de acidentes de trabalho na rotina fabril, que incluía os esforços de homens, mulheres e também de crianças.<sup>67</sup> Para

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 2 fev. 2024.

64 MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 97.

65 O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) foi criado no ano de 1990, através da lei de nº 8.096/1990, na qual, em seu artigo 60, diz que “é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”. Mas, é preciso considerar também na análise da fonte a temporalidade histórica desses atores sociais, pois os camponeses consultados guardam a percepção do trabalho como um aprendizado, relacionado com um tipo de economia moral (vinculado às suas práticas costumeiras) e não como uma forma de exploração, assim a permissão para a introdução dos filhos nas linhas de produção da Gecosa. Ver: BRASIL, **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 3 jan. 2024.

66 BRITO, de Moisés. **Moisés de Brito (depoimento, 2023)**. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. União, PI, 17 jun. 2023.

67 Com tal arregimentação, a fábrica cometia uma infração grave, pois, segundo o artigo 67, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente, é proibido o trabalho “noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte”. BRASIL, **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 3 jan. 2024.

conter o desperdício causado por essa explosão, a fábrica rapidamente arregimentou a força de trabalho infantil disponível no povoado para realização do ensacamento da ração manualmente, ou seja, os pequenos trabalhadores deveriam acondicionar o resíduo resultante da prensagem da amêndoa do babaçu, a qual se extraía o óleo, em sacos plásticos durante o período noturno.

O Sr. Moisés, relatando sobre o início da sua trajetória de trabalho fabril na infância, afirmou que começou “[...] lá trabalhando a noite ensacando ralão, com meus 12 anos [de idade], aí eu fui trabalhar espalhando a ração que era a torta do babaçu; aí, como nos meus 13 anos [de idade] eu tive uma intimidade com os donos, eles gostavam de mim, aí eu cuidava da limpeza do escritório [...]”.<sup>68</sup> No relato observamos que houve uma mudança na função desempenhada pelo Sr. Moisés, passando para outro setor da fábrica, porém, é importante frisar que todas as atividades realizadas por ele na Gecosa foram braçais, sempre conciliando com as atividades que ele realizava costumeiramente com seus familiares, além de dar conta das atividades escolares.

Eu entrava 12 horas [da noite] e saía 8 [horas] da manhã, aí o que acontece, ia para o colégio, chegava do colégio, almoçava, aí 2 ou 3 horas, acordava e ia ajudar minha mãe, quebrar tucum, quebrar coco em casa, nós tinha [sic] também a quebra do tucum que era o que auxiliava na ajuda doméstica de casa.<sup>69</sup>

Em seu depoimento, rememorou a grande dificuldade para conciliar os estudos com o trabalho na fábrica, além de ajudar sua mãe na quebra do coco babaçu e do tucum, que servia para completar a renda da família, pois sua carga horária de trabalho era noturna e durava em média oito horas, e dessa forma não tinha tempo suficiente para repor suas energias por conta das noites de sono perdidas. Perguntamos também se o Sr. Moisés ajudava seu pai nos roçados e ele nos respondeu que “[...] ajudava meu pai na lavoura, todo ano meu pai fazia lavoura, todo ano, roça de arroz, de feijão, também nós tínhamos um plantio muito grande de banana que ele fazia, criamos porcos, então a gente trabalhava sempre, direto”.<sup>70</sup>

Com experiências semelhantes, chegamos ao nosso último entrevistado, o Sr. Amâncio, homem negro, 46 anos, casado, outro morador agregado às terras da Gecosa que também trabalhou de maneira avulsa na fábrica, iniciando o seu trabalho com apenas 12 anos de idade, na década de 1990, juntamente com seus irmãos, e em sua entrevista nos contou um pouco sobre como ocorreu a sua iniciação no trabalho fabril:

Eu comecei a partir dos 12 anos [de idade], incentivo dos meus irmãos, porque na época era, vamos dizer, o processamento do óleo era mais assim artesanal, né, não era muito maquinado, então nós começamos aos 12 anos [de idade], nós começamos a enlatar o óleo, na época o vasilhame era de alumínio, não era de PVC, era de alumínio, eles traziam, aí chamavam nós, como nós era de menor [sic], quando chegava a fiscalização, nós tinha que sair, porque nós

68 BRITO, de Moisés. **Moisés de Brito (depoimento, 2023)**. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. União, PI, 17 jun. 2023.

69 BRITO, de Moisés. **Moisés de Brito (depoimento, 2023)**. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. União, PI, 17 jun. 2023.

70 Idem.

era de menor aí não podia [sic], mas nós trabalhava de segunda a sexta, aos domingos quando precisava, mandava chamar nós [sic], então naquela época foi um aprendizado pra mim, eu comecei a trabalhar cedo, fui aprendendo, né, eu não sabia ainda ler direito, mas fui aprendendo e fui estudando também.<sup>71</sup>

Em sua fala, o entrevistado relata que iniciou na fábrica por incentivo de seus irmãos, que já trabalhavam na Gecosa juntamente com seu pai, assim o seu trabalho ajudava na complementação da renda familiar, pago com base na sua produção através do envasamento do óleo do babaçu. Informou também que por ser uma criança de apenas 12 anos era orientado a sair das dependências da fábrica quando houvesse a iminência de alguma fiscalização. Apesar da clara condição de exploração, o entrevistado tenta suavizar tal condição, informando que além de trabalhar na fábrica também estudava na escola que foi construída pela fábrica dentro do povoado Novo Nilo.

Percebemos, portanto, que a fábrica Gecosa usava de várias ferramentas persuasivas para maximizar os seus lucros, pois além da utilização da força de trabalho avulsa, utilizava-se também da força de trabalho infantil, a qual foi confirmada por quase todos os(as) entrevistados(as) da pesquisa. Mas, sobre essa questão, os nossos interlocutores tinham uma visão sobre a arregimentação de crianças como uma espécie de assistência que a fábrica prestava para a moralização das crianças do povoado, afastando-as dos supostos “maus- caminhos”, apesar de terem consciência que era um trabalho ilegal não enxergavam como uma forma de exploração.

Dentro desse contexto de trabalho, o Sr. Amâncio nos informou também que além de trabalhar no envasamento do óleo, à medida que foi crescendo, foi destacado para outros setores da fábrica como, por exemplo, o setor de carregamento de caminhões:

Na época, com meus 15 anos [de idade], eu comecei em outra coisa porque, quando nós começamos na Gecosa envasando o óleo, né, ali nós fazia [sic] encaixotamento e carregava os carros também, porque na época era muito movimento e como eles chamavam de estiva que era os mais velhos [que] pegavam o mais pesado, que era descarregar o babaçu, que era buscar lá no mato, e nós pegava [sic] o mais leve, que era descarregar os frascos e carregar o caminhão, logo o caminhão ficava assim próximo da calçada e ficava muito fácil para a gente puxar as caixas, a gente nem podia levantar as caixas. A gente puxava com a correia e botava em cima da carroceria e outro maior que tinha mais força ia empilhando as caixas até quando terminava aquele carregamento, nós amarrava [sic], e ele ia com o carregamento para fazer a entrega.<sup>72</sup>

Além disso, o Sr. Amâncio trabalhou por mais de dez anos na Gecosa de maneira avulsa, sem nenhum registro formal. “Nunca trabalhei de carteira assinada, até a questão porque eu era de menor [...], aí, aos meus 18 anos [de idade], foi na época em que eu saí da Gecosa para trabalhar no outro lugar, só que eu retornei”.<sup>73</sup> Como ressaltado anteriormente no depoimento

71 MORAES, Amâncio de. **Amâncio de Moraes (depoimento, 2019)**. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. União, PI, 23 nov. 2019.

72 MORAES, Amâncio de. **Amâncio de Moraes (depoimento, 2019)**. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. União, PI, 23 nov. 2019.

73 Idem.



do Sr. Cássio, com o passar do tempo a fábrica Gecosa entrou em um processo de decadência nas suas atividades industriais. Sobre isso, o Sr. Amâncio também fez uma breve reflexão a respeito da situação das famílias de camponeses que trabalharam na fábrica ou dependiam dela através da venda da amêndoa do coco babaçu, afirmando que:

Hoje, como a Gecosa fechou, hoje a fonte de renda não posso dizer que é o babaçu mais, né, mas é o comércio aqui em Novo Nilo, nós podemos ver que aí tem muito [babaçu], a gente olha aqui tem muita palmeira de babaçu, mas a fonte [de renda], mas hoje, para nós que mora [sic] aqui, que nascemos aqui não é mais o babaçu, pode dizer que seja a roça, que nós também crescemos trabalhando na roça. E hoje, né, todo mundo criou outra atividade para sobreviver, uns pescam, outros fazem roça, outro fazem carvão, de lá para cá, vem mudando muito, Novo Nilo evoluiu, o velho que fundou a Gecosa, o coronel morreu, os filhos tomaram conta e não souberam administrar até o dia de hoje que foi a falência da famosa Gecosa.<sup>74</sup>

O entrevistado reflete sobre a mudança na renda dos camponeses residentes dentro do povoado, influenciada pela paralisação das atividades fabris, e pontua que apesar da existência das matas de babaçuais, a fonte de renda dos camponeses não está mais voltada para a amêndoa do coco babaçu, outrossim, a fonte de renda seria a continuidade das atividades costumeiras do campesinato piauiense através do trabalho na roça e da atividade pesqueira. Além disso, ressaltou que o fechamento da fábrica se deu alegadamente pela má-gerência dos herdeiros do coronel, que não souberam administrar a Gecosa.<sup>75</sup>

Por fim, o Sr. Amâncio afirmou que, apesar do fechamento da fábrica, as terras do povoado Novo Nilo ainda pertencem aos herdeiros do coronel, e que os camponeses continuam como moradores agregados, pois não possuem a escritura do imóvel ou alguma outra documentação que comprove a posse da terra. Ao ser perguntado se o Incra estava envolvido no processo de regularização da posse da terra, ele nos informou que “ainda está em questão, aí para ver, mas a questão aqui, não tem nenhum lugar demarcado pelo Incra [...] faz tempo que estão nessa luta, mas nunca desistiram”.<sup>76</sup>

Percebemos, portanto, que houve uma mudança significativa na postura adotada pelos camponeses, possibilitando a utilização de variadas estratégias de resistência para que suas

74 MORAES, Amâncio de. **Amâncio de Moraes (depoimento, 2019)**. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. União, PI, 23 nov. 2019.

75 Para além do argumento corrente dos nossos interlocutores, é importante situar que a administração da fábrica já vinha reclamando há décadas sobre o enfraquecimento de subsídios para a conservação de seu funcionamento. No ano de 1982, por exemplo, a administração da Gecosa teceu críticas ao governo do estado do Piauí em seu relatório apresentado ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Na oportunidade, buscava-se conseguir um financiamento na ordem de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) para aumentar o parque industrial da fábrica e alavancar suas atividades. Eram tempos em que o projeto desenvolvimentista da ditadura civil-militar dava sinais nítidos de esgotamento e estagnação econômica. O documento da empresa assevera que no Piauí não havia mais investimentos em linhas de créditos para as empresas que trabalhavam com o beneficiamento da amêndoa do coco babaçu, e que a fábrica à época já tinha dificuldade para manter o bom funcionamento do seu parque fabril dentro do povoado Novo Nilo. Esse é um ponto interessante, que nos faz refletir sobre a posição de dependência da Gecosa de investimentos estatais, que, juntamente com a manutenção da lógica do latifúndio sob o viés fabril, eram fundamentais para o funcionamento da empresa. Ver: GECOSA, Indústrias Integradas Gervásio Costa S.A. **Projeto apresentado ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**. Piauí, 1982. p. 113.

76 MORAES, Amâncio de. **Amâncio de Moraes (depoimento, 2019)**. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. União, PI, 23 nov. 2019.

demandas fossem alcançadas dentro do ambiente fabril. As “armas dos fracos”, para utilizar termo cunhado por James Scott, com o passar do tempo também podiam mostrar, a depender da situação, facetas fortes e combativas, essenciais para que os seus direitos fossem reclamados e para que suas vozes fossem ouvidas, ocasionando mudanças essenciais nas condições de trabalho e moradia dentro do povoado Novo Nilo.<sup>77</sup>

## Considerações finais

APÓS REFLETIR SOBRE as entrevistas dos nossos interlocutores, torna-se patente que os camponeses que trabalhavam na fábrica continuaram desenvolvendo as suas práticas costumeiras de trabalho, montando estratégias que possibilitaram conciliar as atividades rurais com as atividades fabris. A rotina intensa de trabalho era carregada pelas experiências com o trabalho braçal, através da preparação dos seus roçados para o plantio e outras atividades tradicionais; além disso, guardavam uma concepção do trabalho com uma espécie de moral dignificante, permeada pelas sociabilidades camponesas e comunitárias.

A Gecosa, por sua vez, com seu atualizado aparato de produção, com divisões de tempo e disciplina do trabalho modernos, conservou ao longo do tempo formas de ação no trato com os trabalhadores enraizadas no histórico repertório de exploração do campesinato local, compartilhando práticas semelhantes com outros latifúndios. A condição de morador agregado, além de dificultar que os camponeses reivindicassem a terra a qual habitavam, implicava na aceitação de várias regras que precarizavam a condição de vida de camponeses, que forçosamente, ante a lida na fábrica, elaboraram diversas estratégias de resistência e negociação.

Consideramos, portanto, que é perceptível nas narrativas e memórias analisadas, permeadas por experiências do trabalho fabril/rural, que camponeses se tornaram operários sem nunca abandonar suas atividades econômicas costumeiras, moldando as suas agências com o intuito de conseguir um bem-viver familiar. A quebra da fábrica não desmantelou a comunidade rural de Novo Nilo justamente porque o mundo do trabalho, a base do sustento material, não era exclusivamente fabril. Mesmo após décadas de funcionamento da fábrica, não foi desmantelada a ancestralidade assentada no cultivo da terra, na pesca e no extrativismo do coco babaçu, atividades que persistem até hoje. Atualmente, dentro do povoado, não existe mais a interdição da construção das casas alvenaria e, depois da quebra da fábrica, os operários e camponeses e suas famílias continuaram nas suas casas, cultivando seus roçados, com suas redes de sociabilidade e vínculos costumeiros com a terra e o rio.

Recebido em: 16/08/2024

Aprovado em: 29/01/2025

<sup>77</sup> SCOTT, op. cit., p. 29.